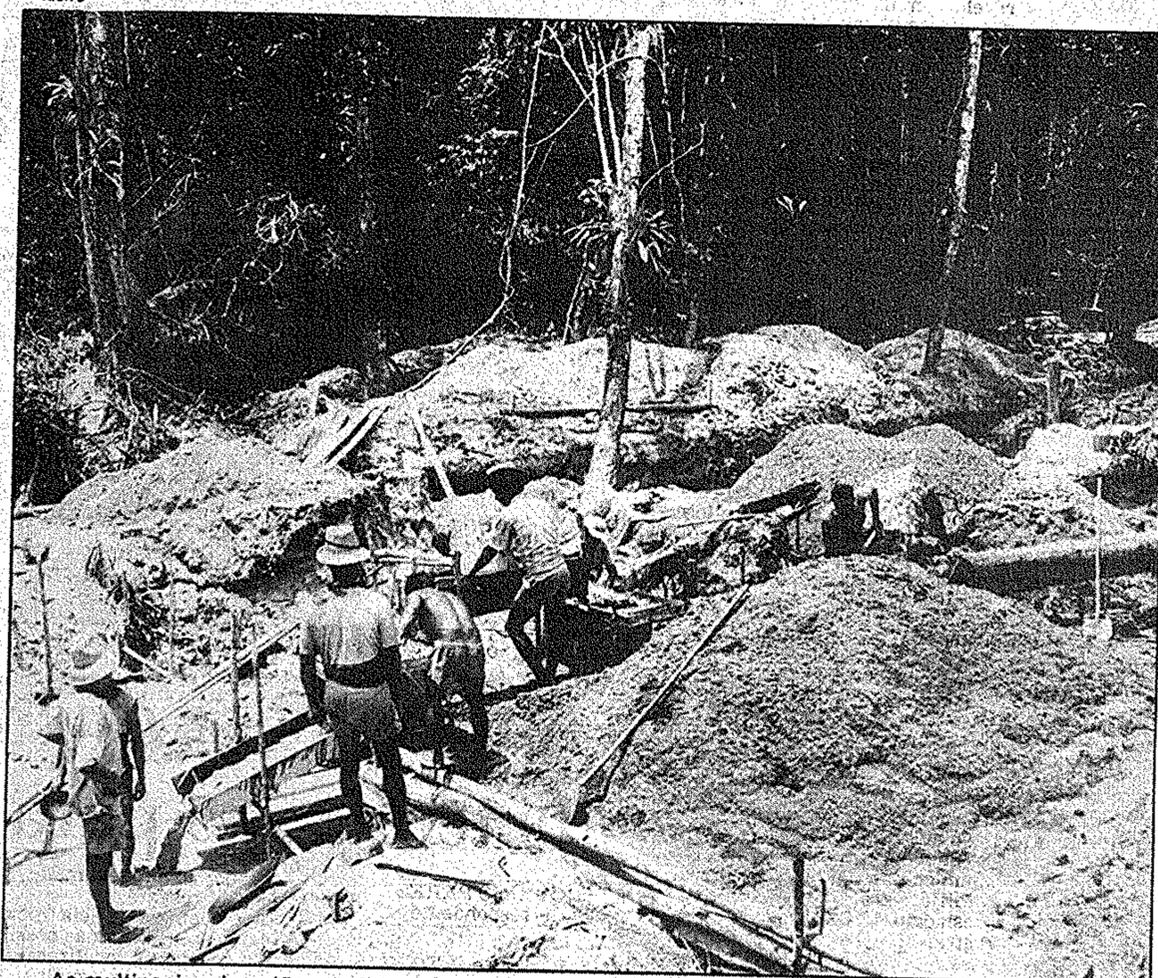


ARQUIVO



As multinacionais estão paralisando sua produção própria e incentivando a atuação de garimpeiros

## Multinacionais burlam a lei e devastam Amazônia

As empresas multinacionais de mineração que atuam na Amazônia já devastaram extensas áreas, burlando a legislação que as obriga a recuperar o meio ambiente degradado, ao mesmo tempo em que cometem sonegação fiscal, ao adquirir minério diretamente dos garimpeiros.

As principais devastadoras da floresta tropical são a British Petroleum (inglesa), a Brascan (canadense) e a Rhodia (francesa, do grupo Rhôns-Poulenc). Essas empresas estão paralisando sua produção própria e incentivando a atuação de milhares de garimpeiros até mesmo nas áreas indígenas e reservas florestais, colocando em risco a sobrevivência das tribos não-aculturadas. É o que acontece, por exemplo, em Roraima, onde a maior nação indígena da Amazônia — os Ianomânis — está sucumbindo diante da invasão dos garimpeiros, que vendem sua produção diretamente às multinacionais ou aos contrabandistas de minérios.

Por atuarem na Amazônia, as mineradoras estrangeiras são beneficiadas com isenção do Imposto de Renda. Apesar desse incentivo abrange apenas projetos específicos, as multinacionais encontraram uma maneira de lesar o fisco, comprando minério diretamente dos garimpeiros, aos quais oferecem recursos financeiros e equipamentos pesados, mas declarando a produção como oriunda de suas minas, como está acontecendo em Rondônia. E o garimpo em áreas indígenas é proibido pela Constituição.

Essa estratégia das mineradoras estrangeiras já havia sido denunciada no Congresso Nacional por deputados integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista, quando o pre-

sidente da empresa Cesbra (associação BP/Brascan) solicitou ao Governo a liberação da garimpagem em todo o País, numa atitude que despertou muita estranheza. Mas logo se descobriu que o objetivo dessa proposta era sonegar impostos e explorar os garimpeiros (mão-de-obra barata, especializada e sem qualquer direito trabalhista).

O grupo BP/Brascan está atuando dessa maneira em Rondônia. Segundo declarações do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, a Cesbra praticamente paralisou a extração de cassiterita em sua mina, passando a adquirir o minério aos garimpeiros.

A mesma estratégia está sendo utilizada pela Rhodia, que também se aproveita da produção do garimpo de Ariqueemes, próximo a Porto Velho, sem dar qualquer assistência aos milhares de garimpeiros que lá extraem cassiterita. Através da empresa Canopus, a Rhodia já devastou uma grande área no Pará e também está paralisando sua produção própria, sem recuperar o meio ambiente degradado, passando a comprar cassiterita dos garimpeiros que atuam na região do Xingu.

A nova Constituição determina que as multinacionais somente podem continuar atuando na extração se beneficiarem ou industrializarem o minério aqui no Brasil, dando-lhes o prazo de quatro anos para que cumpram essa obrigatoriedade. E a legislação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ao mesmo tempo em que beneficia com isenção fiscal as mineradoras, obriga que elas recuperem a ecologia nas áreas exploradas. Como as multinacionais British Pe-

troleum, Brascan e Rhodia, em vez de se adaptarem às normas constitucionais, estão incentivando a garimpagem, sem nenhum tipo de investimento ou proteção ambiental, a isenção fiscal de que gozam deve ser revista, para que lhes seja cobrado o Imposto de Renda, com efeito retroativo, juros e correção monetária.

Quando a Constituinte aprovou a nacionalização do setor mineral, permitindo que as multinacionais somente possam operar em associação minoritária com empresas brasileiras ou se industrializarem aqui o minério extraído, certamente não o fez com o objetivo de direcionar a atuação das multinacionais para o lucro fácil do garimpo, que mantém os trabalhadores brasileiros em situação de total desamparo.

Logo após a aprovação dessa norma acauteladora dos interesses nacionais, a direção da British Petroleum anunciou que a empresa iria deixar o País. Mas não foi bem assim. O que na verdade ocorreu foi a absorção da BP Minerais pela maior empresa de mineração do mundo, a Rio Tinto Zinc (ATZ), também de origem britânica. E a RTZ continua atuando no Brasil, individualmente ou em associação com o grupo canadense Brascan, a conhecida multinacional que na década passada aplicou o chamado golpe da Light, vendendo ao Governo brasileiro a companhia de energia elétrica que em pouco tempo seria nacionalizada sem ônus, logo que se esgotasse o prazo de sua concessão.

Em recente viagem a Rondônia, o presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, encontrou na região de Bom Futuro mais de 30 mil garimpeiros extraindo cassiterita com máquinas pesadas.

## Até imprensa internacional denuncia

O despertar da consciência ecológica mundial está se tornando o maior problema das multinacionais que controlam a extração de minério no Terceiro Mundo. Até agora apenas vozes isoladas vinham criticando essa atividade predatória, e os autores das denúncias acabavam sendo taxados de nacionalistas xenófobos. Mas desta vez é a própria imprensa dos países desenvolvidos que se revolta contra as agressões ao meio ambiente no Terceiro Mundo.

Em Londres, o jornal "The Sunday Times" denunciou recentemente a destruição de mais de cem quilômetros quadrados na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, pela British Petroleum, uma das maiores empresas britânicas. Com essa reportagem, porém, o jornal londrino na verdade estava apenas vislumbrando a ponta de um gigantesco iceberg.

A reportagem sobre devastação da Amazônia por empresas multinacionais, ocupando duas páginas, foi a manchete principal de edição de 18

de junho do "The Sunday Times", que tem tiragem de 1,2 milhão de exemplares. A matéria critica duramente a British Petroleum (BP), acusando-a de gastar enormes quantias na proteção ambiental na Europa e América do Norte, onde a legislação e a própria opinião pública "não permitiriam uma destruição na escala de seus projetos de mineração na Amazônia", onde a área que vem sendo explorada na reserva ecológica de Rondônia está se transformando "numa cratera lunar".

No local, há dois tipos de mineração: a céu aberto, que está devastando a floresta, e nos cursos d'água, destruindo e obstruindo seus leitos. A área do projeto na Floresta Nacional de Jamari, e de 590 quilômetros quadrados.

Segundo a denúncia do "The Sunday Times", a região ocupada pela BP em Rondônia está fortemente protegida por guardas armados, que impedem a aproximação até de agentes florestais do Governo brasileiro. Mas um dos repórteres do jor-

nal londrino conseguiu furar o esquema de segurança e constatou a extensão da atividade predatória.

"Toda a vegetação desapareceu. Toras de castanheira (árvore protegida pela legislação brasileira) estão ampilhadas sobre a terra árida, onde nem mato cresce" — descreveu o jornalista, acrescentando que até agora a British Petroleum nada fez para reflorestar a área devastada: "É uma ironia que a destruição da floresta do Jamari esteja sendo feita em nome de uma empresa que, na Grã-Bretanha, gasta milhões de libras esterlinas proclamando a necessidade de se alcançar o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico".

Outras multinacionais de origem britânica, como a Shell (anglo-holandesa), a British American Tobacco (Souza Cruz) e o banco Barclays também foram acusados pelo "The Sunday Times", por investirem em projetos que destroem a floresta amazônica.

## Mesquita sobrevoa as áreas desmatadas

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, sobrevoou a Floresta Nacional do Jamari e ficou impressionado com a devastação causada pela British Petroleum.

Mesquita declarou que a legislação do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) obriga as mineradoras a recuperar a área explorada quando desativam a mina por mais de um ano, como é o caso da BP na Floresta Nacional do Jamari.

Segundo o presidente do Ibama, a BP havia apresentado ao extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) um plano que foi indeferido pelo órgão. "Agora, queremos saber o que foi feito com o plano e se foi apresentado um outro, em substituição ao primeiro", disse Fernando César Mesquita, asseverando: "Mesmo que a

BP consiga provar a legalidade de seus atos, terá de recuperar os danos causados ao meio ambiente".

Por sua vez, o ouvidor-geral do Ibama, Renato Torrano, afirmou que "a British Petroleum não deve voltar aos tempos da pirataria, quando os exploradores vinham, destruíam e voltavam à Inglaterra", acrescentando que "o desenvolvimento não pode ser prejudicado, mas o meio ambiente tem de ser preservado".

Após inspecionar a área, Fernando César Mesquita já se reuniu duas vezes com o diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, Elmo Serejo, mas até agora não foi tomada qualquer providência para evitar a devastação que vem sendo feita pela BP e pela Brascan em Rondônia, nem pela Rhodia no Xingu, através de sua subsidiária Canopus. E até agora não houve qualquer reação por parte dos ambientalistas brasilei-

ros e da própria Funai.

A British Petroleum e as outras multinacionais do minério têm atuado no Brasil com impressionante desenvoltura. Ao contrário do que se poderia esperar, não visam ao lucro direto. Geralmente, suas filiais no Terceiro Mundo não são muito rentáveis. Mas conseguem alcançar seus principais objetivos: o controle do fluxo internacional dos minérios e a manutenção de seus preços.

Além disso, as multinacionais somente beneficiam ou industrializam o minério extraído no Brasil quando o processo industrial requer gastos excessivos com energia elétrica ou provoca muita poluição. Nossa energia é seis vezes mais barata do que no Japão, por exemplo, o meio ambiente ainda não tem normas rígidas de proteção e a mão-de-obra brasileira é pessimamente remunerada.